

HABEAS CORPUS Nº 541.388 - MG (2019/0317241-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : FLÁVIO RODRIGUES LELLES - MG073312
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : CELSO ZEFERINO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de CELSO ZEFERINO contra o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que, no julgamento da Apelação n. 1.0024.15.189573-7/001, determinou a execução provisória da pena restritiva de direito do ora paciente.

O impetrante requer, inclusive em liminar, a suspensão dos efeitos do acórdão, porque a jurisprudência desta Corte não admite a execução provisória de pena restritiva de direitos.

Deferido o pedido de liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem, nos termos do parecer de fls. 475/476.

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte firmou o entendimento de que as penas restritivas de direitos não podem ser executadas antes do trânsito em julgado da condenação, em observância ao disposto no art. 147 da Lei n. 7.210/84. Confira-se, a propósito, a ementa do julgado:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUBSTITUÍDA POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 147 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. PROIBIÇÃO EXPRESSA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO STF. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido pela viabilidade da imediata execução da pena imposta ou confirmada pelos tribunais locais após esgotadas as respectivas jurisdições, não

Superior Tribunal de Justiça

analisou tal possibilidade quanto às reprimendas restritivas de direitos.

2. Considerando a ausência de manifestação expressa da Corte Suprema e o teor do art. 147 da LEP, não se afigura possível a execução da pena restritiva de direitos antes do trânsito em julgado da condenação.

3. Embargos de divergência rejeitados.

(EREsp 1619087/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Rel. p/ Acórdão Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/06/2017, DJe 24/08/2017)

Ademais, após a impetração deste *writ*, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADCs n. 43, 44 e 54, passou a inadmitir a execução da pena privativa de liberdade ou restritiva de direito pelo simples exaurimento recursal perante as instâncias ordinárias.

Ante exposto, concedo a ordem, de ofício, para suspender a execução provisória da pena restritiva de direito imposta ao paciente, confirmando a liminar anteriormente deferida.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator